

BALANÇO E REFLEXÕES TEÓRICAS DE 20 ANOS DE PESQUISAS SOBRE O MEIO RURAL FRANCÊS *

Hugues Lamarche **

INTRODUÇÃO – OS INÍCIOS DE 1962 E A RUTURA DE 1968

Com o objetivo de analisar em detalhes e de forma desagregada a realidade rural da França, uma equipe de especialistas franceses traçou, no começo dos anos 60, uma linha e um plano de pesquisas determinados. O conhecimento das experiências e resultados de sua implementação pode ser útil para os colegas do Brasil preocupados com uma problemática análoga.

O grupo de Sociologia Rural que foi constituído então, é um corpo pertencente ao Centro Nacional da Pesquisa Científica¹ e é formada por 10 pesquisadores que tem como objeto de trabalho a França, tanto como um todo como a nível local. A constituição desse grupo deu-se em 1962 em torno de um grande projeto de pesquisa que propunha efetuar um inventário das sociedades rurais francesas, ou seja, de elaborar, em realidade, uma tipologia dessas sociedades com o objetivo de poder explicar as transformações sociais em curso. Com efeito, a sociedade rural francesa é muito diversificada, sendo composta de uma multiplicidade de micro-sociedades locais, os povoados e aldeias (*villages*)*** ou municípios (*communes*)². Esta diversidade não é observada unicamente entre as

* A idéia de redigir estas notas endereçadas à comunidade acadêmica e aos especialistas do Brasil interessados na problemática agrária, surgiu de iniciativa de colegas brasileiros por ocasião das discussões mantidas na Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, durante a missão que aí realizei em outubro de 1982 nos quadros do acordo CAPES/COFECUB. Este trabalho, em grande parte, está inspirado no livro publicado pelo Grupo de Sociologia Rural do CNRS, *Société Paysannes ou Lutte de Classes au Village*, Paris, Armand Collin, 1974, 265 pp. (Artigo traduzido do francês por J. H. Rotta e E. Troccoli).

** Encarregado de Pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*, Paris, França.

*** No original francês aparece sempre *village*, termo que não tem correspondência precisa no português (correspondendo às vezes a aldeia, povoado, lugarejo etc.). Aqui optou-se por traduzi-lo sempre pelo vocábulo *aldeia*. (Nota dos tradutores).

(1) O Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNPS) é um organismo francês composto de pesquisadores fundamentalistas de disciplinas científicas. Conta com aproximadamente 5.000 pesquisadores e 20.000 técnicos e pessoal administrativo.

(2) O município (*commune*) constitui a menor unidade administrativa de desagregação espacial.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano II	Nº 2-3	149-157	jan.-dez./1983
-------------	----------------	--------	--------	---------	----------------

grandes regiões francesas, mas muito freqüentemente de um distrito (*canton*) a outro ou mesmo de um município a outro. Tal diversidade provém não somente de situações geográficas distintas, mas também de uma história social diferente. E como existem uns 36.000 municípios na França, é fácil imaginar a amplitude do problema metodológico que se coloca.

A abordagem adotada por todos os pesquisadores foi a **funcional-estruturalista**. O principal axioma desta teoria consiste na convicção de que existe uma dinâmica dos sistemas sociais locais e que justamente a diversidade se explica pela existência de mecanismos de funcionamento particulares a cada coletividade local, tendo cada uma sua própria lógica. Assim, percebe-se que o procedimento escolhido pelo nosso grupo de sociólogos foi fortemente inspirado nas duas grandes escolas da Antropologia: a **Antropologia Social**, de Evans-Pritchard, e a **Antropologia Estrutural**, de Claude Lévi-Strauss ³.

O grupo admitiu, então, que seria necessário estudar as aldeias enquanto entidades em sua totalidade, procurando, em seguida, fazer aparecer os sistemas de funcionamento, estando entendido que a sociedade local é composta de vários sistemas e que se um deles se transforma, toda sua estrutura social se modifica. Pensávamos, na época, que seria mais fácil fazer uma comparação entre as diversas sociedades estudadas e depois construir uma tipologia.

Entre 1962 e 1967 foram estudadas 10 aldeias. O método escolhido foi o de elaborar monografias com uma abordagem pronunciadamente empírica. A comparação entre esses estudos levou a uma tipologia muito complexa e confusa das sociedades rurais francesas. A maioria dos pesquisadores ficou insatisfeita e se colocava, então, a questão fundamental de saber se o caminho escolhido era cientificamente correto ou se seria necessário tomar outra direção.

Em conseqüência do debate teórico suscitado a esse respeito, dá-se uma divisão do grupo em 1968 ⁴. Duas correntes resultaram dessa divisão. Veremos, a seguir, os traços principais de cada uma e os desenvolvimentos posteriores a que deram origem.

POR UMA TEORIA DO CAMPESINATO

De um lado, temos os pesquisadores que se mantêm convictos de que o procedimento até então feito é o melhor para se chegar a construir uma **teoria do campesinato**. Propõem a multiplicação de monografias com o objetivo de precisar e afinar a tipologia. Henri Mendras, que é o principal defensor desta

(3) EVANS-PRITCHARD, E. E.: "Antropologia Social", In: Alba Zalnar Guimarães, *Desvendando Máscaras Sociais*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975; LEVI-STRAUSS, Claude: *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 1970. Veja-se também REDFIELD, Robert: *The Little Community: Viewpoints for the Study of a Human Whole*, Chicago, University of Chicago Press, 1955.

(4) Não estou certo de que seja legítimo correlacionar esse fato com o movimento das idéias que em 1968 sacudiram a França..., provavelmente, sim.

tendência, propõe mesmo um esboço de modelo teórico do campesinato. Este modelo se constrói observando-se cinco dimensões fundamentais:

- 1) **a autonomia relativa da sociedade camponesa no seio de uma sociedade globalizante:** propõe três estudos na evolução da sociedade rural francesa: a) sociedade agrária, existindo antes da Idade Média, que se caracteriza pela não distinção entre a sociedade local e a sociedade global (esse conceito é aproximadamente equivalente ao de "selvagem" usado por R. Redfield); b) sociedade medieval e moderna, em que a sociedade globalizante se superpõe às coletividades camponesas; e, finalmente, c) sociedade contemporânea industrializada e urbanizada em que as coletividades camponesas se diluem na sociedade global e em que a agricultura torna-se simplesmente um setor a mais de produção econômica.
- 2) **a característica do grupo doméstico:** o grupo doméstico é uma unidade de análise que compreende todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto. Esta unidade engloba todas as atividades econômicas de produção e de consumo. A composição do grupo doméstico pode variar sensivelmente de uma sociedade a outra, conforme sua dimensão, patrimônio, tipo de parentesco etc.
- 3) **a economia camponesa:** caracteriza-se pela oposição entre a economia primitiva, que se define pela ausência de mercado e pela autarcia completa, e a economia industrial, em que a função do produtor agrícola é a de produzir para o mercado e para o setor agroindustrial de transformação. A economia camponesa é constituída de pequenos produtores mercantis cujo objetivo é, antes de tudo, de produzir para alimentar o grupo doméstico, vendendo o excedente de produção, quando tal excedente existe.
- 4) **a coletividade camponesa enquanto sociedade de interconhecimento:** os etnólogos e certos sociólogos empregam o termo de comunidade (*communauté*) incorretamente, pois esse termo subentende um conjunto de pessoas que colocam em comum bens e ideais. Nada disso acontece, porém, nas coletividades camponesas que se caracterizam, pelo contrário, pelo fato de que algumas coisas são colocadas em comum, enquanto outras não. Para Henri Mendras a coletividade camponesa é necessariamente restrita (1.000 ou 2.000 pessoas), de modo a permitir o inter-conhecimento direto e completo de todos os seus membros. A coletividade camponesa supõe um sistema de regulação social comum a todos e, em consequência, um sistema de valores único e conhecido de todos. Chega-se, ao término desse raciocínio, à afirmativa da existência de uma cultura única.
- 5) **finalmente, a mediação entre a coletividade local e a sociedade globalizante:** a idéia principal é de que a sociedade globalizante impõe à

coletividade camponesa certo número de coerções de distintas ordens (econômicas, sociais e culturais), obrigando-as a respeitá-las mais ou menos bem. Esta mediação se efetua seja através das instituições (a escola, a igreja, a televisão, a administração etc.), seja através de mediadores que são os encarregados pela coletividade das relações com as diferentes instituições representantes da sociedade globalizante. Estes intermediários são, geralmente, notáveis locais que devem dispor necessariamente de, pelo menos, uma das fontes de poder interno da coletividade (por exemplo: a posse da terra ou do saber). Pode existir, numa mesma coletividade, um ou vários notáveis, cada um representando grupos de interesse, em geral familiares.

Eis, muito rapidamente traçadas, as linhas a partir das quais se deve construir, segundo Henri Mendras, a teoria do campesinato. Ele propõe a realização de outros estudos monográficos das aldeias, conforme um mesmo plano, que seria o seguinte: estudo dos obstáculos ecológicos, estudo do regime demográfico, análise das estruturas de parentesco, análise do grupo doméstico e das atividades econômicas, estudo do modo de vida e da ideologia (evidenciando as categorias, os grupos e as camadas sociais), assim como, finalmente, descrição dos modos de comunicação e de construção de redes de influência.

POR UMA TEORIA SOBRE O LUGAR DAS SOCIEDADES RURAIS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O que foi exposto constitui o projeto de uma parte dos pesquisadores no final do programa de pesquisa, nos idos de 1967-68. Os demais membros do grupo recusaram-se, categoricamente, a seguir esta abordagem intelectual. Encabeçados por Marcel Jollivet, opuseram ao objetivo de construir uma teoria do campesinato, o objetivo de elaborar uma teoria sobre o lugar das sociedades rurais no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esta abordagem se situa numa perspectiva de análise marxista de mudança social. A questão que estes pesquisadores se colocavam, era a de saber se o modo de produção capitalista funcionaria segundo a mesma lógica, tanto no meio rural quanto no meio industrial e se, então, o desenvolvimento do capitalismo teria as mesmas conseqüências tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Isto significa recolocar a interrogação sobre o devir do campesinato no modo de produção capitalista. Certo número de grandes temas de reflexão, parecendo fundamentais, foram privilegiados durante a análise:

- 1) antes de tudo, a **evolução das estruturas fundiárias de produção**: tratava-se de responder a questão se as estruturas da produção agrícola evoluem da mesma maneira que aquelas da produção industrial. Em torno desta questão gira o debate sobre a superioridade econômica

UFRJ / BIBLIOTECA / PPA

- da grande exploração em relação à pequena. ⁵
- 2) o segundo tema de reflexão gira em torno da **manutenção e reprodução da força de trabalho agrícola**: a questão é saber qual é o estatuto do camponês na sociedade capitalista francesa. Pode a instituição da pequena produção mercantil se manter? E, por quais razões?
 - 3) o terceiro tema de reflexão diz respeito à **relação entre a propriedade camponesa e o capitalismo**: o que importa é saber se os pequenos produtores mercantis, que são todos proprietários de parte ou da totalidade dos meios de produção, podem já ser considerados produtores capitalistas de fato ou em potencial. É tanto o problema da renda fundiária quanto o problema da mais-valia que são aqui colocados.
 - 4) finalmente, o quarto tema de reflexão versa sobre a **pequena produção mercantil e as lutas de classe**: a preocupação essencial que se coloca aqui é a de saber se pode ser feita a transposição, por analogia, do esquema de luta de classes do capitalismo industrial para a análise da agricultura e das sociedades agrárias. A resposta a esta questão depende, naturalmente, das respostas que tenhamos dado às três outras questões precedentes: a agricultura, pelo seu caráter, é industrial e os camponeses, na sua maioria, se comportam como capitalistas?

Eis as grandes questões que foram colocadas à época. Para tentar respondê-las os pesquisadores se orientaram, conjuntamente, em duas direções. A primeira é mais global. Trata de avaliar o lugar da agricultura na sociedade francesa a partir das estatísticas nacionais, dos discursos dos responsáveis nacionais pela agricultura, sejam políticos ou sindicais, e da política aplicada pelo governo.

A segunda é mais micro-sócio-econômica: trata de observar as diversas formas que toma a penetração do capitalismo na agricultura, nas sociedades rurais locais, e suas conseqüências sobre as relações sociais de produção locais, isto é, sobre as diferentes camadas sociais em torno das quais se estrutura a sociedade rural local.

A confrontação desses dois níveis de observação e de reflexão levou à análise (para não dizer à teoria) específica do tipo de desenvolvimento da agricultura no modo de produção capitalista. Esta especificidade se assenta essencialmente sobre o fato de que o capitalismo se satisfaz inteiramente com a manutenção da pequena produção mercantil. Aliás, tem mesmo todo interesse nisso, visto que esses pequenos produtores, que funcionam ainda de modo tradicional, permitem às diferentes categorias de capitalistas e ao Estado subtrair-lhes a renda fundiária (na medida em que esta exista) como também a mais-valia. Como diz M. Jollivet, "o camponês tem esta característica singular de ser um pro-

(5) KAUTSKY, Karl: *A Questão Agrária*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

prietário fundiário desinteressado”⁶. O modo de produção capitalista se satisfaz de que o camponês não esteja diretamente interessado pelo lucro mas, sobretudo, pela manutenção do patrimônio, condição essencial de sua sobrevivência. Satisfaz-se também, com a manutenção dos camponeses visto que o desenvolvimento de uma classe operária na agricultura traria, necessariamente, um nítido aumento dos preços da produção agrícola. As indústrias agro-alimentares não se enganaram ao não procurarem se apropriar dos meios de produção dos camponeses, contentando-se em comprar a produção agrícola ao preço mais baixo. O modo de produção capitalista se satisfaz, ainda, pela maneira como os pequenos produtores mercantis adotam técnicas modernas de produção, investem e tornam-se importante setor de consumo de produtos industriais (tratores, máquinas agrícolas, construções agrícolas, produtos químicos etc.), continuando sempre a produzir pelo menor custo. Enfim, o capitalismo se satisfaz inteiramente da evolução das estruturas agrárias.

Observamos, efetivamente, um aumento dos meios de produção, mas não nas maiores explorações, como previra Kautsky, e sim nas médias. Se tomarmos como referência a terra, vamos constatar uma diminuição do número das explorações menores de 20 ha, uma diminuição das explorações maiores de 100 ha, e um aumento do número das explorações médias, situando-se entre 20 e 100 ha. Isto em porcentagem e não em termos absolutos, uma vez que o número total das explorações diminui constantemente de forma a possibilitar: a) a concentração fundiária, pois na França a terra é um bem raro e a ampliação das explorações não pode ser feita a não ser com a diminuição de outras explorações; e b) o êxodo rural indispensável ao desenvolvimento industrial que atualmente está em plena expansão.

A melhor prova do sucesso desta “coexistência” entre o modo da pequena produção mercantil e o modo de produção capitalista é que, em menos de trinta anos, a França conheceu um desenvolvimento agrícola considerável que lhe permitiu conquistar a terceira posição mundial entre os países exportadores de produtos agrícolas.

Esta especificidade agrícola no desenvolvimento do modo de produção capitalista repercute naturalmente ao nível da análise em termos de classes sociais e de luta de classes. A ideologia dominante, venha do poder político ou da corporação camponesa, apresenta sempre o campesinato como uma unidade, um corpo social homogêneo que defende os mesmos interesses. É exatamente por isso que, até a chegada das esquerdas ao poder, só existia um único sindicato agrícola reconhecido. Os estudos feitos por esse grupo, do qual nós participamos, mostraram que, ao nível da sociedade local, o campesinato é diferenciado, e que esta diversidade de situações revela a existência de interesses específicos e a presença de várias camadas sociais camponesas. Esta existência de várias cama-

(6) JOLLIVET, Marcel: “Sociétés Rurales et Capitalisme”, In: *Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village*, Paris, Armand Collin, 1974, pp. 231-263.

das camponesas aparece claramente na ocasião de certas lutas relativas, por exemplo, à apropriação da terra ou, de forma mais geral, dos meios de produção, obtenção de créditos, ou de subvenções, à distribuição de quotas de produção etc. Estas lutas entre camponeses, que podemos assimilar à luta de classes, vai desembocar na criação de uma elite camponesa à frente de estruturas de produção modernas e competitivas e, também, na manutenção de um campesinato marginal formado por produtores menores, o qual fornecerá o êxodo rural indispensável ao desenvolvimento industrial.

A luta de classes ao nível local foi observada também no seio da família agrícola. A família está no centro da economia camponesa, e o fato de que todos os membros da família, vivendo sob o mesmo teto, trabalham na exploração sem nenhum salário e sem limites de horário, cria relações de trabalho e de exploração que vão se transformar, muito rapidamente, em relações conflituosas. É o caso de inúmeros conflitos que apareceram após os anos 60 entre o pai, chefe da exploração, e seus filhos, ou sobretudo entre o pai e o filho sucessor eventual. Da mesma forma, mais tarde, quando as mulheres de produtores agrícolas recusaram sua condição de "escravas" da exploração familiar, as relações entre homens e mulheres se tornam igualmente fonte de conflitos.

Todas estas oposições, estes conflitos, podem ser interpretados como luta de classes e não somente como conflitos de geração ou de sexos. Tais lutas são também, e sobretudo, o resultado da evolução do modo de produção capitalista, e a forma que tomam é específica da transformação das relações sociais de produção agrícola. Esta fusão de relações de produção e de relações familiares dão naturalmente à luta de classes formas muito diferentes daquelas que conhecemos no mundo operário. São lutas de classe por inteiro e, portanto, o motor das mudanças sociais na agricultura.

Esta foi, então, a orientação teórica dos pesquisadores marxistas do grupo e os resultados a que chegaram nos anos 1970-73.

A PARTIR DE 1973: A NOVA REALIDADE E A FASE DE REFLEXÃO METODOLÓGICA

Desde 1973 entramos em uma fase de incertezas e mesmo de crise metodológica. A razão principal é que os critérios de análise que nos permitiram definir as camadas sociais e estudar as relações sociais de produção na agricultura no período precedente, não são mais totalmente pertinentes e operacionais para se compreender as transformações deste momento.

Aparecem novas lutas que não são lutas de classe no sentido que entendíamos anteriormente. Colocamo-nos, na atualidade, o problema da redefinição dos critérios de classe, em particular levando em consideração, mais seriamente, os critérios ideológicos.

Esta situação que atravessamos está ligada — parece-nos — à crise profunda entre o modo de produção capitalista e o tipo de sociedade que o mes-

mo engendrou.

Os novos critérios observados, e que tiveram papel determinante no comportamento dos grupos sociais, giram em torno de valores relativos à **qualidade da vida**, à recusa sistemática de procurar por todos os meios a obtenção de sempre mais dinheiro, a dispor de tempo para viver, a poder sobreviver na própria região, a dar valor à qualidade dos produtos etc.

Decorre disso a aparição de novas lutas ou conflitos, os quais — poderíamos dizer — vão “contra a natureza”, no sentido de que não podem ser explicados no quadro tradicional das relações de classes. É o caso, por exemplo, de certas lutas pela ocupação do espaço; podemos ver, lado a lado, manifestando-se juntos, grandes e pequenos agricultores, patrões, camadas superiores e operários, que se opõem à construção de uma central nuclear ou de uma barragem. Da mesma forma vemos agricultores modernistas, pertencentes à elite, se oporem à ideologia produtivista, esteio da transformação da agricultura capitalista. Vemos, ainda, jovens agricultores tomarem a sucessão de seus pais como forma de exploração em que a estrutura da produção é totalmente inadaptada às exigências modernas de produção; suas motivações são unicamente ideológicas; querem viver onde estão e recusam o êxodo. Enfim, como último exemplo, podemos falar de certos agricultores que preferem produzir menos, mas produzir produtos de melhor qualidade, ou mesmo produzir produtos chamados biológicos etc. Poderíamos multiplicar os exemplos desse tipo, demonstrando a existência de uma clara tendência de modificações das mentalidades.

Não pensamos que seja necessário colocar em questão a análise dialéctica marxista, mas estamos procurando nos dotar novamente de meios para torná-la operacional diante desta nova fase de desenvolvimento em vias de instauração.

A questão essencial que nos colocamos é a de saber se tudo isto é apenas conjuntural, estando ligado à crise econômica que atravessa atualmente o capitalismo (se for este o caso, as classes sociais se redefinirão provavelmente nas bases apresentadas anteriormente, desde que passe a crise), ou se tudo isto que tem acontecido, e que temos dificuldade em interpretar, não é, de fato, o sinal da estruturação de outro modo de produção, fundado não unicamente sobre valores econômicos, mas também sobre valores sociais, culturais e ideológicos, isto é, fundado sobre a dupla relação: **modo de produção/modo de vida**.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Esta é a ótica atual de alguns pesquisadores do grupo, cujas orientações de pesquisas variam mais ou menos sensivelmente. Alguns se orientam mais precisamente na direção de pesquisas inter-disciplinares em sociologia-economia-biologia, com o objetivo de chegar a construir uma teoria das relações homem/natureza, à procura de relações mais harmoniosas e mais equilibradas entre o homem e o meio natural. Outros tentam colocar em evidência a lógica segundo a qual

se redefinem as relações sociais locais. Tanto num como noutro caso, as pesquisas se efetuam a nível das sociedades locais e estão impregnadas de certo empirismo: balanços ecológicos e sócio-econômicos, monografias de famílias ou histórias de vida etc.

Eis a trajetória intelectual do grupo de sociologia rural desde há 20 anos. Provavelmente tudo isto está bem longe das especificidades da realidade social da agricultura brasileira e dos problemas que são colocados pelos pesquisadores do Brasil, mas nós estamos persuadidos de que conhecer as experiências dos outros contribui enormemente para o estabelecimento de um diálogo profícuo e para o avanço da sistematização teórica e metodológica.

Campina Grande, outubro de 1982

RAÍZES Nº 1

JUL/DEZ.
1982

SUMÁRIO

A Diretoria: Apresentação da Revista. 3

ARTIGOS

Marcel Jollivet: O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. 5

Nilson Araújo de Souza: Natureza e contradições da reanimação econômica de 1978/79: prelúdio de uma recessão. 25

Gustavo Lins Ribeiro: Aspectos contemporâneos da questão indígena. 45

Gilda de Castro Rodrigues: O método histórico em Etnologia: Evans-Pritchard e Lévi-Strauss. 55

Elimar Nascimento: O conceito de revolução em Gramsci. 71

A Diretoria: Seminário "Agricultura e Desenvolvimento". 86

Manual Correia de Andrade: A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. 87

Alberto Passos Guimarães: O complexo agroindustrial como etapa e via do desenvolvimento da agricultura. 99

Francisco Barreto: Notas acerca da intermediação institucional recente e seus efeitos sobre o processo de ocupação de áreas de fronteiras da Amazônia e Centro-Oeste. 105

Marcelo Grondin: Considerações em torno do tema Agroindústria e Desenvolvimento. 123

José Francisco da Silva: As reformas agrárias no processo de desenvolvimento. 135

NOTAS E COMENTÁRIOS

Josamir Camilo: Karl Popper: Filosofia da ciência ou imobilismo ideológico? 147

Jurandir Antonio: Energia e Desenvolvimento. 157

Ivony Lídia Monteiro Saraiva: A questão cooperativista numa "cooperativa" da Paraíba. 165